



CULTURA DO ESTUPRO: CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS ENTRE DOCENTES EM FORMAÇÃO

RAPE CULTURE: CIRCULATION OF MEANING AMONG TEACHERS IN TRAINING

Ayrton Izaias de Oliveira¹
0000-0003-2487-475X

Patricia Barbosa Pereira²
0000-0002-2984-2872

Resumo:

Este artigo tem por objetivo apontar sentidos sobre cultura do estupro entre estudantes de cursos de graduação (licenciatura) e pós-graduação de uma Instituição de Ensino Superior (IES) do Estado do Paraná. Esta cultura é compreendida como fortemente enraizada nos discursos que sustentam a desigualdade de gênero. Assim, foram acessados e analisados alguns discursos, constituídos por meio de entrevistas e postagens em rede social, considerando a importância teórico-metodológica da Análise de Discurso de vertente franco-brasileira nesse processo. Percebe-se que esses discursos se constituem entre a estabilização e o deslizamento, produzindo efeitos de sentido diversos, como sentidos de silenciamento, de culpabilização, de estruturação das relações de poder, de objetificação dos corpos e de resistência. Compreender como circulam os sentidos em instituições como as de Ensino Superior favorece um tensionamento necessário, que catalisa ações coletivas institucionalizadas em prol de uma ressignificação do conjunto de relações que estruturam e fortalecem a cultura do estupro em nossa sociedade.

Palavras-chave: Relações de poder. Relações de gênero. Cultura do estupro. Análise de discurso.

Abstract:

This paper has as aim at pointing meanings on the rape culture among students of undergraduate courses (education) and graduation of a Higher Education Institution (HEI) of the State of Paraná. This culture is understood as deep-rooted in discourses that support gender inequalities. Thus, some discourses were accessed, and some discourses were analyzed, constituted through interviews and social media posts, considering theoretical-methodological importance of French-Brazilian Discourse Analysis in this process. It is noticed out that these discourses are constituted between stabilization and sliding, producing diverse effects of meanings, such as senses of silencing, blaming, structuring of power relations, bodies objectification, and resistance. Understanding how meanings circulate in institutions such as Higher Education favors a necessary tension, which catalyzes institutionalized collective actions in favor of a new meaning of the set of relationships that structure and strengthen the rape culture in our society.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, Brasil.

² Doutora em Educação Científica e Tecnológica. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, Brasil.

Keywords: Power relations. Gender relations. Rape culture. Discourse analysis.

INTRODUÇÃO: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA CULTURA DO ESTUPRO

Cultura do estupro é um termo utilizado para designar uma série de construções sociais acerca da responsabilização e motivação de estupros (Herman, 1984). A gênese do estupro não se dá, entretanto, nessa cultura (Campos, 2016), ela é fruto de uma perversão que remonta a um contexto histórico pré-civilizatório, em que “em suas origens não está a transgressão de uma lei, mas, sim, a imposição de uma vontade de um sujeito perverso sobre a vontade de um outro, fazendo prevalecer a vontade do mais forte” (Campos, 2016, p. 2).

O estupro não deve ser entendido, segundo Leonísia Fernandes (2015), apenas como um ato de violência sexual, mas sobretudo como uma violência de gênero, uma vez que em mais de 85% dos casos de estupro as vítimas são do gênero feminino, e os agressores do masculino (Fernandes, 2015).

A cultura do estupro nasce, então,

[...] na medida em que essa perversão, no que diz respeito à prática do estupro, é legitimada pelos modelos sociais construídos e impostos pelos processos civilizatórios que têm como marco o início da história. É a legitimação de uma prática perversa através de sua normalização que inaugura, então, a sua “cultura” (Campos, 2016, p. 5).

Tal cultura é sustentada por relações assimétricas de poder entre homens e mulheres (Machado, 1998; Félix; Palafox, 2009; Brito; Freitas, 2014; Fernandes, 2015). Essas relações se fundamentam na figura do patriarcado que, apesar de já ser concebido em um contexto pré-civilizatório, estrutura-se como tal durante o império romano, como o advento de uma “supremacia falocrática”, em que os homens passariam de um lugar de poder físico dominante para um lugar simbólico de dominação sobre as mulheres, no qual detêm poder político sobre elas (Campos, 2016).

A estrutura dessas relações de poder é mantida por vários fatores, tais como o discurso essencialista da sexualidade humana, a lógica capitalista da objetificação dos corpos e o discurso da moral patriarcal (Félix; Palafox, 2009).

A colocação da sexualidade em meio a um discurso estritamente essencialista, descontextualizado das suas dimensões sócio-históricas e culturais, cria uma lógica binária que aponta o corpo feminino como objeto passivo das ações do homem, reduzido pura e simplesmente à reprodução (Félix; Palafox, 2009). Essa lógica de sexualidade é, de acordo com Jimena Furlani (2008), a mais comum dentro das escolas, sob a forma de uma educação sexual biológica-higienista, o que contribui com a perpetuação, nesse ambiente, da visão do corpo feminino como objeto passivo dos desejos masculinos – um dos elementos da cultura do estupro.

A associação do corpo ao mercado de consumo capitalista também orienta as relações de poder (Félix; Palafox, 2009). Essas relações se materializam como ideal regulatório sobre a liberdade dos corpos femininos, agindo de modo tênue, fluido e mutável sobre a consolidação da

moral patriarcal (Félix; Palafox, 2009). Essa lógica advinda da moral patriarcal opera naturalizando determinados comportamentos e ações para os homens, e os desnaturaliza para as mulheres; dessa forma, ajuda a delinear os lugares sociais e comportamentos aceitos para cada gênero. À mulher, nesse modelo social, é delegado o espaço privado como natural (Fernandes, 2015), assim como posturas que devem ser seguidas ou roupas que devem ser utilizadas.

Como processo de legitimação das relações de poder entre homens e mulheres, essas influências culturais são perpetuadas desde cedo (Brito; Freitas 2014; Souza, 2015; Fernandes 2015), em um processo denominado *Aprendizado da Separação*, sistematizado por Daniela Auad (2004). Segundo essa pesquisadora, condicionam-se desde cedo as crianças, em casa, também nas escolas, a comportamentos categorizados como *masculinos* ou *femininos*, dentro de uma norma hegemônica masculina cis-heterossexual. Tais comportamentos geram marcas que são aparentes ainda no Ensino Superior, reforçando uma forma de controle dos lugares que as mulheres devem ocupar em tal ambiente (Boswell; Spade, 1996; Costa, 2016). Esse processo opera, então, na manutenção das relações de poder, fazendo com que seja necessário ensinar às meninas — de modo velado, silenciado — como se comportar para evitar o estupro (Fernandes, 2015).

A saída do feminino de tais espaços, ou seja, a quebra da moral patriarcal, é tida como pretexto para violência e abuso (Costa, 2016). Dessa forma, a violência de gênero configura uma forma de controle dos espaços que as mulheres devem ocupar (Fernandes, 2015). Sobre aquelas que escapam de tal relação de poder, o estupro não é visto como ato hediondo, pois de acordo com essa lógica, são culpabilizadas por se exporem a um risco (Machado, 1998; Melo, 2020).

Nesse cenário, Robson Félix e Gabriel Palafox (2009) apontam que o corpo assume o lugar de um objeto; como objeto, relações de posse podem ser estabelecidas, e são apontadas por Machado (1998) como contribuintes à constituição da cultura do estupro. Isto porque, a partir do momento em que o corpo feminino é entendido como uma coisa (processo de coisificação/objetificação), o imaginário social vincula à posse desse corpo a possibilidade de agir de forma dominante sobre ele.

Questões relativas à produção das desigualdades de gênero – elemento constitutivo da cultura do estupro – vêm sendo amplamente pesquisadas em instituições de ensino formais, tanto na Educação Básica como no Ensino Superior (Auad, 2004; Félix; Palafox, 2009; Lauriola, 2010; Brito; Freitas, 2014; Souza, 2015; Costa, 2016). A vivência nesses espaços de aprendizagem possibilita um olhar para a veiculação de vários dos elementos constituintes da cultura do estupro, tais como objetificação e hipersexualização do feminino, necessidade de reafirmação da virilidade masculina, relações de dominação intergêneros, moral patriarcal, além daqueles que remontam ao aprendizado da separação. Assim, neste artigo, apresentam-se algumas análises oriundas de uma pesquisa acadêmica mais ampla, realizada a partir de questionamentos iniciais - motivados pela avaliação, primeiramente empírica, da recorrência de discursos da cultura do estupro - e voltados para a instituição da qual os autores fazem parte. Desse modo, foca-se em apresentar alguns sentidos sobre a cultura do estupro produzidos por estudantes de uma Instituição de Ensino Superior (IES) do Estado do Paraná, e conjuntamente, como circulam esses sentidos nos discursos estudantis.

Frente a isso, nesta pesquisa se busca, de modo geral, compreender a circulação de sentidos acerca da cultura do estupro entre estudantes dessa universidade, delimitando suas condições de produção.

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA PESQUISA: CONSTRUÇÃO DO *CORPUS* DE ANÁLISE

Parte-se de uma abordagem qualitativa de pesquisa, a fim de definir estratégias de análise e compreensão dos discursos estabelecidos sobre cultura do estupro em uma IES no Estado do Paraná.

A construção de dados ocorreu por dois processos, sendo o primeiro deles a busca ativa de postagens em uma página do Facebook que carregava o nome da instituição, mas que não era administrada diretamente por ela. Apresentamos, neste artigo, a transcrição em sua completude de algumas postagens que foram, em sua maioria, publicadas entre os meses de julho e setembro de 2017, selecionadas aquelas vinculadas aos elementos explícitos da cultura do estupro, como objetificação dos corpos, moralidade patriarcal, relações de poder intergêneros, entre outras.

O segundo dispositivo implementado para alcançar os objetivos estabelecidos foi a realização de entrevistas semiestruturadas. Antes da implementação, foi obtida aprovação prévia pelo Comitê de Ética em Pesquisa da IES (o número do parecer será inserido em caso de aceite do artigo, a fim de garantir o anonimato da autoria durante a avaliação).

As entrevistas foram realizadas com 12 estudantes, sendo 5 do curso de graduação em Pedagogia, 4 da Licenciatura em Ciências Biológicas, e 3 da Pós-Graduação em Educação da referida IES, no segundo semestre de 2017. Esses cursos foram eleitos para participação da pesquisa por formarem profissionais habilitados a atuarem como professores em diferentes níveis: Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior.

O convite à participação na pesquisa foi direcionado a todos os discentes devidamente matriculados nos referidos cursos, sem restrição alguma de idade, etnia, orientação sexual ou identidade de gênero. Apesar disso, apenas discentes do gênero feminino prontificaram-se a colaborar com a pesquisa. Esse fato pode estar atrelado à majoritária presença feminina nos cursos de licenciatura, como apontado pela pesquisa de Diego Rocha e Flávio Carvalhaes (2023). Esse dado será melhor explorado mais à frente.

A entrevista foi concebida como processo imaginativo-descritivo, em que a participante imaginaria e descreveria alguns aspectos de uma cena pós-estupro e de uma cena de acolhimento à vítima do ato, como se presenciasse a cena, e fosse uma das envolvidas, respectivamente. Foi antecipada³ para a emergência de sentidos fundamentais que permitissem a percepção daqueles

³ Na perspectiva teórico-metodológica da análise de discurso adotada nesta pesquisa, o mecanismo de antecipação é compreendido como um processo no qual o sujeito, neste caso, os pesquisadores, coloca-se no lugar do interlocutor a fim de antecipar os efeitos de sentido do seu discurso. Assim, toda a produção das entrevistas foi pensada projetando os autores no lugar das participantes da pesquisa para elaborar questões capazes de fazer emergir sentidos alinhados à temática da pesquisa.

circulantes na IES, tais como gênero, estado geral, estado psicológico e idade da vítima e do agressor, nível de proximidade entre vítima e agressor, circunstâncias, culpabilização e motivação do crime, além de mobilização e acolhimento para com a vítima. Ela foi estruturada em duas etapas. Primeiramente foi apresentada uma situação fictícia de um crime de estupro e foi solicitado que a entrevistada – na posição de observadora externa à cena – a analisasse quanto ao perfil físico/psicológico da vítima e do agressor, e quanto às condições do ambiente onde o crime ocorreu. No segundo momento foi solicitado que a entrevistada – agora da posição de uma policial da delegacia da mulher – imaginasse o processo de acolhimento de uma vítima de estupro.

Por mais que traga à tona um componente da imaginação/criação, o dito nas entrevistas está sustentado no esquecimento ideológico, de forma que os novos discursos produzidos, apesar de carregarem singularidades dos sujeitos, evocam sentidos já-ditos, promovendo forte interação com o interdiscurso, a historicidade e ideologia na constituição dos sentidos (Orlandi, 2015).

A Análise de Discurso (AD) franco-brasileira, na forma da obra de Eni Orlandi, inspirada na vertente francesa de Michel Pêcheux, conduziu esta pesquisa como referencial teórico-metodológico. Em outras palavras, perpassou desde as escolhas teóricas, os recortes, a construção de dados e as análises. Logo, esse referencial oferece suporte para a compreensão de como os discursos significam dentro de suas condições de produção, partindo do princípio de que a linguagem não é transparente (Orlandi, 2015).

O discurso foi escolhido como objeto de análise por ser “o lugar em que se pode observar essa relação entre a língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (Orlandi, 2015, p. 15).

A delimitação do *corpus* tomou como base os discursos produzidos nas duas fontes primárias de dados (postagens e entrevistas). Por *corpus*, partimos da compreensão da análise de discurso, de que se trata de um conjunto limitado de documentos e falas – no caso de nossa pesquisa – a partir do qual as análises são tecidas, expandindo a compreensão para além dos textos fechados em si (Charaudeau; Maingueneau, 2008), colocando-os em diálogo com o interdiscurso e a intertextualidade.

SENTIDOS NO/DO SILÊNCIO

A materialidade do sentido não é indiferente aos processos de significação e seus efeitos: o silêncio significa de modo contínuo, absoluto. [...] É a incompletude que produz a possibilidade do múltiplo, base da polissemia. E é o silêncio que preside esta possibilidade. A linguagem empurra o que ela não é para o ‘nada’. Mas o silêncio significa esse ‘nada’ e se multiplicando em sentidos: quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidades de sentidos se apresentam (Orlandi, 2007, p. 46-47)

Orlandi (2007) traz, no excerto anterior, uma questão fundamental à significação do silêncio: a possibilidade de múltiplo significar. Ao levantar essa característica, reforça a dimensão significante, por excelência, do silêncio na AD franco-brasileira; o silêncio não aponta para busca de outros sentidos, ele próprio é capaz de produzir efeitos de sentido.

Nessa perspectiva, torna-se fundamental a compreensão de um silêncio que tomou conta desta pesquisa – apesar de ser aberta a quaisquer estudantes, apenas alunas autoafirmadas como mulheres dispuseram-se a participar de alguma das etapas. Esse silêncio dos homens, entendido em uma perspectiva polissêmica de suas possibilidades significantes (Orlandi, 2007), abre espaço aos sentidos múltiplos, dos quais exploramos apenas alguns.

O primeiro sentido estaria alinhado à própria constituição do corpo discente dos cursos de formação de professores. Rocha e Carvalhaes (2023) levantam dados socioeconômicos do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) que apontam que os cursos de licenciatura são compostos em sua maioria por estudantes mulheres. Apesar dessa maior proporção de mulheres, não há uma relação de exclusividade que atrele unicamente a presença feminina nesses cursos. Assim, a maior quantidade de estudantes femininas pode ter influenciado o fato de apenas elas se prontificarem a participar da pesquisa.

Já o segundo sentido possível aponta para expectativas, tratadas na AD como “mecanismo de antecipação”, como forma de proteção, em que “[...] todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem” (Orlandi, 2015, p. 37).

Logo, ao lançarmos convites à participação nesta pesquisa, explicitando o título e objetivos do projeto, possivelmente induzimos a antecipação dos sujeitos homens a sentidos amplamente difundidos sobre cultura do estupro. Esses sentidos antecipados evocam o patriarcado como responsabilização, materializando-se na figura do homem. Poderia, então, ser notada, nesse silêncio, uma forma de proteção do ego masculino, afastando-se da responsabilidade pela perpetuação dessa cultura, ou ainda denotando vergonha por essa construção.

Esse gesto aponta para um não reconhecimento de si enquanto sujeito privilegiado em uma estrutura social de opressão, o que promove a manutenção dessa estrutura. Concordamos com Djamila Ribeiro (2019) que, ao traçar uma análise interseccional de raça e gênero sobre lugar de fala, afirma que

O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de locus social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar, e como esse lugar impacta diretamente a constituição dos lugares de grupos subalternizados (Ribeiro, 2019, p. 85).

Outra possibilidade, ainda ancorada no mecanismo de antecipação, pode ser pensada. Poderíamos olhar esse silêncio masculino não em termos de uma ausência masculina, mas como uma tomada de espaço pelas mulheres participantes.

A proposição do tema pode ter antecipado, nas mulheres, sentidos que apontassem para a possibilidade de fala, em um espaço, dentre os poucos existentes na universidade, em que pudessem tomar seu lugar de fala, ou seja, ganhar voz dentro de um sistema patriarcal que tenta silenciá-las (Ribeiro, 2019).

Ao reclamar esse lugar para si, enquanto fluentes na língua do medo (Fernandes, 2015) e perpassadas pela cultura do estupro, as participantes da pesquisa produzem, talvez em um gesto

inconsciente, talvez nem tanto, tensionamentos, fissuras, desestabilizações em um sistema que as produz enquanto grupo subalterno, o outro imperfeito do masculino (Ribeiro, 2019), uma vítima dessa cultura. Como esses mesmos sentidos não foram mobilizados na população masculina, seu silêncio tomou corpo.

SENTIDOS DE CULPABILIZAÇÃO: CONSTRUÇÃO PATOLÓGICA DO ESTUPRADOR

Um sentido que emerge do *corpus* é o de culpabilização do estuprador pelo ato. Tal sentido contraria uma série de construções no discurso, que buscam responsabilizar a vítima pelo crime, por supostamente estimular sexualmente o estuprador, ou ao não se esquivar do atentado, ou ainda desresponsabilizar o agressor, ao atribuir comportamentos insanos e/ou perversos a ele (Burt, 1980; Melo, 2020).

Consideramos que esse deslocamento de sentido tenha ocorrido por uma identificação das participantes com a vítima, produzida discursivamente na entrevista. Como mulheres inseridas em um sistema que as produz como subalternas, de seu lugar de fala já se compreendiam minimamente dentro dos jogos de poder que as produzem como tal (Ribeiro, 2019). Essa percepção foi fundamental ao deslocamento da culpa para o agressor.

Os sentidos de responsabilização emergentes dos discursos das entrevistadas convergem para os comportamentos demarcadores de culpa, em que o estupro “não tem nada a ver com a vítima. Totalmente parte do agressor” (Entrevista com Participante 8). É seu “desejo compulsivo” (Entrevista com Participante 4), seu “Interesse” (Entrevista com participante 6) que o move. Esse processo mostra-se fundamental à quebra da ideia tão difundida na cultura do estupro, de que a vítima ocasionaria a violência por se comportar de maneiras tidas como inadequadas ao patriarcado.

Na base desse movimento, foi percebido o processo de patologização do estuprador, atribuindo a ele um rótulo de doente, em que a origem dessa doença remonta a dois processos distintos — a doença de natureza biológica/psiquiátrica, e a doença do ponto de vista social. Assim, as noções de doença associadas à motivação do estupro são bastante polissêmicas.

A noção da existência de distúrbios psicológicos/psiquiátricos no estuprador evoca uma lógica essencializante, que se aproxima muito da noção higienista trazida à sexualidade no ambiente escolar por Furlani (2008), atribuindo um caráter de naturalização aos múltiplos aspectos da sexualidade. Esse discurso pôde ser percebido principalmente dentre as estudantes de Ciências Biológicas, como denota o trecho da entrevista a seguir:

Pesquisador: [...] alguma coisa veio na tua cabeça quanto a uma possível motivação do crime?

Participante 1: Não me veio nada assim em mente, mas normalmente que se tem um senso comum que a pessoa [estuprador] tenha algum distúrbio mental, ou alguma coisa assim... mais problema psicológico [...] (Entrevista com participante 1 – Ciências biológicas).

Na filiação desse sentido que, em uma rede discursiva, o interdiscurso remete a outros sentidos e discursos da identificação patológica, apontamos dois processos como possíveis operadores: o primeiro seria a lógica essencialista da educação sexual existente no Brasil, a qual se tornou a abordagem mais comum, embora não única (Furlani, 2008; Oliveira, 2021); o segundo seria a formação acadêmica da entrevistada, pois esse enfoque biológico-higienista ainda é muito presente no curso de graduação em Ciências Biológicas (Oliveira, 2021).

Outra noção de patologização do estuprador que circula entre as entrevistadas aponta para uma causalidade social de histórico machista ao estupro que, pela sua repulsividade, é atribuída a uma doença. Nas palavras da Participante 2, é

[...] difícil desvincular o machismo de uma doença na medida em que ele causa este tipo de opressão e violência nas pessoas. [...] Não pensei que se tratasse de problema... alguém com deficiência, e coisa e tal, deficiências intelectuais. Pensei apenas em um crime de estupro baseado em machismo (Entrevista com participante 2 – Pedagogia).

A naturalização do patriarcado como instituição (Campos, 2016) também pode contribuir com a perpetuação dessas noções patológicas do estuprador. Alguns discursos analisados acabam por mesclar esses dois aspectos discutidos – doença física/mental e condicionante cultural – evocando sentidos de difícil demarcação, que se confundem entre uma noção social ou biológica de doença atribuída ao agressor.

SENTIDOS DE VULNERABILIDADE

Mas [no estupro] com mulher... vulnerabilidade é uma coisa óbvia, né? (Entrevista com Participante 3 – Pós-graduação em Educação).

Essa afirmação da Participante 3 evidencia outro sentido fortemente difundido nos discursos das estudantes da IES analisada. Quando se pensa em estupro, é difícil desarticulá-lo de um contexto de vulnerabilidade da vítima.

A vulnerabilidade é percebida, nesse contexto, como um elemento da cultura do estupro fortemente parafrástico. Pode ser concebido dessa forma por haver uma manutenção e um retorno aos mesmos espaços do dizer, uma repetição, estabilizando os sentidos do termo (Orlandi, 2015).

Ademais, o sentido de vulnerabilidade aponta para a possibilidade de algo ou alguém ser suscetível a dano. A suscetibilidade, nesse caso, é atrelada a situações às quais se é exposto, não é algo intrínseco à vítima de estupro, advém das condições exteriores ao sujeito. Pensando na vítima de estupro do gênero feminino, há reforço na distinção entre fragilidade e vulnerabilidade, perceptível neste trecho da entrevista com a participante 1:

Pesquisador: [...] Quem seria [a vítima de estupro]?

Participante 1: uma mulher... seria mais assim... *sozinha*... tem esta visão não de frágil, mas de *vulnerável em questão de... ser possível de se ocorrer um estupro...* (Entrevista com Participante 1 – Ciências Biológicas, grifos nossos)

Fragilidade, nessas condições, evoca sentidos de fraqueza, delicadeza e impossibilidade de defesa, ou seja, características intrínsecas ao sujeito frágil. Contrapondo esse sentido, a vulnerabilidade é construída, nesse discurso, como uma construção na qual os sujeitos são inseridos. Desse modo, os termos destacados *sozinha* e *possível* trazem a ideia da vulnerabilidade enquanto situação em que o sujeito é inserido, que possibilita o crime. Há evocação, então, de sentidos de desculpabilização da mulher, sentidos que se contrapõem àqueles que apontam para discursos hegemônicos de culpabilização da vítima, circulantes na cultura do estupro.

Outras demarcações nos discursos reforçam esse sentido, apontando para estados de vulnerabilidade e circunstâncias que inscrevem a mulher como vítima. A colocação da mulher dentro dessas circunstâncias foi atribuída a múltiplos fatores. A Participante 6 (Ciências Biológicas) reforça a alteração da consciência pelo uso de entorpecentes como elemento que pode circunscrever a vítima como vulnerável; já a Participante 5 (Pedagogia) coloca como gênese da vulnerabilidade feminina a própria existência da masculinidade patriarcal.

Apesar da distinção entre vulnerabilidade, situação na qual se é colocado; e fragilidade, situação intrínseca do sujeito, trazidas anteriormente, o termo *fragilidade* é utilizado, em alguns discursos, evocando os mesmos sentidos de vulnerabilidade das falas das entrevistadas, como é perceptível no trecho a seguir: “[...] A vítima mais fragilizada é... de certa forma é... encurralada, num ambiente onde não tem ninguém” (Entrevista com Participante 4 – Pós-graduação em educação). Ao trazer sentidos circunstanciais do crime e não características da vítima, há um deslocamento de sentido, tornando o termo *fragilizado*; esse discurso polissêmico, ou seja, assumindo um lugar de outro sentido (Orlandi, 2015), remete ao discurso e sentido de vulnerabilidade trazido pelas outras estudantes.

SENTIDOS DE PODER: TRANSITANDO ENTRE O PODER FÍSICO E PODER SIMBÓLICO

Nos discursos produzidos pelas participantes da pesquisa, parece consenso a operação de mecanismos de poder na cultura do estupro. Porém, os sentidos desse termo divergem, tornando-o um tanto polissêmico. A noção de poder é deslocada constantemente de um poder advindo da força física, capaz de subjugar e estuprar uma mulher, para uma representatividade social de poder fruto das relações humanas.

Quando tratado como mecanismo físico de dominação, há aproximação com as bases históricas do estupro.

[...] durante os tempos pré-históricos, nos quais as condições de sobrevivência eram adversas, mormente e mais ainda, quanto à fêmea humana, devido à sua maior vulnerabilidade no que tange à força muscular, era bem menor o número destas do que o número de machos humanos. Essa escassez somada a um estado selvagem no qual transitavam em cada ser humano, livremente, os seus instintos (FREUD, 2008, p.48), tinham por resultado a prática corrente do estupro, a conjunção carnal forçada, a despeito da vontade da fêmea ou de um macho mais fraco (Campos, 2016, p. 3)

Tais sentidos de subjugamento surgem atrelados à posição de vulnerabilidade da vítima de estupro. A Participante 5 (Pedagogia) afirma, após trazer um contexto de vulnerabilidade psicológica da vítima de abuso doméstico, que ela, a vítima, “sofre o ato de repressão por conta de um agressor que entende estas características psicológicas dela e se sobrepõe sobre isso”. O sentido de poder trazido aqui aproxima-se muito de uma dominação física trazida pela Participante 6 (Ciências Biológicas), também em um contexto de vulnerabilidade da vítima, mas dessa vez associada à embriaguez. Para ela, o estupro ocorrido decorreria do “interesse do agressor pela vítima. É a percepção do estado de vulnerabilidade dela. E a sensação de potência, de poder sobre ela, sobre a situação dela”.

Ao mesmo tempo que essas noções de poder surgem, complementarmente também emergem sentidos de um poder investido socialmente. Nele, seria produzida uma série de discursos que apontam para a naturalização de discursos patriarcais por meio de um poder simbólico/político (Campos, 2016).

Outras demarcações dessa noção de poder simbólico masculino convergem com as duas noções de poder apresentadas, física e simbólica. A Participante 3 atribui, para além da vulnerabilidade, a motivação do crime de estupro a uma concessão de poder pelo patriarcado.

Acho que a relação de poder mesmo, que, enfim, o patriarcado concede. Querem legitimar um poder que tá lá, colocado, né, simbolicamente, mas que se efetiva, [...], mas acho que é este exercício de poder, assim... de posse, né? Estas vias de poder, acho que estão meio generalizadas, e uma questão de afirmação de masculinidade, também, que é o que impera. [...] Então, vai dessa afirmação, de uma autorização que vem dada há séculos, enfim... (Entrevista com Participante 3 – Pedagogia).

Uma forte aproximação com o exposto por Andrea Campos (2016), no que concerne à imposição da força física legitimada por um poder político masculino falocrático, é percebida no trecho da entrevista com a participante 7, na sequência.

Pesquisador: [...] Você consegue pensar em algo que possa ter motivado este crime?

Participante 7: [...] é uma construção social, e daí, os homens sentem que têm algum tipo de poder em cima da mulher. Eu realmente não sei. Então, não sei o que alimenta esse poder, não consigo imaginar essa... esse crime. Não sei. Eu acho que o que eu sinto, a sensação que eu tenho é que é uma sensação de posse, de que se tá andando na rua, nesse caso, provavelmente também é que ele só deve ter olhado pra ela e pensado ‘eu tenho direito sobre o corpo dela, então eu posso fazer o que eu quero’ [...] Então, é o que eu sinto (Entrevista com Participante 7 – Pedagogia).

Apesar de se mostrarem amplamente polissêmicas, as noções de poder apresentam-se todas demarcadas como necessárias à perpetuação da cultura do estupro e da ocorrência desse crime.

SENTIDOS DE OBJETIFICAÇÃO: PARTICIPAÇÃO DO ANONIMATO NESSA CONSTRUÇÃO

O espaço da página do Facebook eleita para esta análise cria um ambiente de maior liberdade de expressão por possibilitar o anonimato dos sujeitos, fazendo emergir discursos não veiculados de outras formas.

Para Orlandi (2007, p. 93), a compreensão desses outros efeitos de sentido perpassa uma noção de que a linguagem está inscrita “em uma política da palavra que separa a esfera pública e a esfera privada, produzindo efeitos de sentido pela clivagem que a imposição de uma divisão entre sentidos permitidos e sentidos proibidos produz no sujeito”.

Nessa perspectiva discursiva, o anonimato, contraditoriamente demarcador da separação e aproximador das esferas pública e privada, não impede a delimitação do sujeito discursivo, pois como ele se insere na história-ideologia para produzir sentidos, o discurso, mesmo que anônimo, só pode pertencer a um determinado sujeito histórico (Orlandi, 2015).

O anonimato cria um espaço de não censura, que permite ao sujeito sair de situações de regulação e interdição da circulação de sujeitos discursivos (Orlandi, 2007). Os sujeitos discursivos revelados nesta análise remontam a situações de dominação anteriores. Operando nesse processo, encontra-se o já referido processo de aprendizado da separação (Auad, 2004). Essa construção artificial, naturalizada pela moral patriarcal, trabalha na legitimação de posturas de dominação, como nos indica a seguinte postagem:

Preciso de uma luz, sou mulher e faço engenharia e só tenho amigos do sexo masculino. Meu namorado é super ciumento e não deixa eu sair com eles, mesmo eu deixando ele sair com os amigos dele... (são todos homens) Ele diz pra sair com minhas amigas (que eu não tenho haha)... o que fazer? (Postagem na página do Facebook analisada).

Esse desabafo aponta para uma situação de dominação dos espaços a serem ocupados pela mulher. Também é possível perceber, além da dominação, a delimitação das companhias tidas como possíveis para uma mulher, a única possibilidade de socialização para além das relações sexuais/afetivas seriam com outras mulheres, de forma que as relações de amizade entre uma mulher e um homem seria impensável. Nesses sentidos, os sujeitos masculinos falam de uma posição construída a partir dos elementos trazidos anteriormente — patriarcado — em direção a uma censura dos corpos femininos. É possível notar, ainda, em posts como abaixo, uma tentativa de justificação desses comportamentos normalizados pelo patriarcado, por argumentos que remetem a uma essencialização dos comportamentos sexuais:

Olá, queria dizer para as feministas pararem de fazer textão no facebook sobre os homens olharem para vocês por estarem de shorts ou sem sutiã. Essa é a *natureza* dos homens, vamos olhar e ponto final. Assim como as mulheres também olham. Nem por isso vejo homens fazendo textão, meu corpo minhas regras e o caralho. #pas. (Postagem na página do Facebook analisada, grifo nosso).

No trecho destacado, a evocação da natureza biológica na construção da masculinidade tem proximidade com as lógicas patriarcais que colocam a mulher a serviço dos homens, como objetos isentos de desejo (Félix; Palafox, 2009).

Várias postagens da página analisada constituem discursos dos quais emergem sentidos orientados à objetificação feminina. O post a seguir explicita um exemplo disto: “já fiquei com pelo menos uma menina de cada curso da Saúde, só falta Enfermagem. Interessadas em me ajudar, curte que chamo” (Postagem na página do Facebook analisada).

Nesse trecho analisado, parece haver uma tentativa, mesmo que não intencional, inconsciente, de completar uma *coleção*. Essa coleção é representada pelo relacionamento entre o sujeito discursivo e uma série de mulheres.

Não há, aqui, juízo de valor algum quanto ao número de relacionamentos do autor, nossa pretensão é problematizar e questionar apenas a lógica que surge dessa situação. A mulher passa a ocupar um local de objeto em uma coleção masculina, que alimenta seu ego e reforça sua virilidade.

De forma mais incisiva, percebemos um processo de objetificação muito mais marcado em postagens como a seguir: “Carol que não quis beijar o cara enquanto o bar gritava BEEEEIJA CAAAAAAROL! Tava lá e gamei na Carol! *Ela tem dono?*” (Postagem na página do Facebook analisada, grifo nosso).

Nesse recorte há presença de intencionalidade de dominação do corpo feminino. Como motivador desse evento de dominação masculina, opera um processo de coisificação da mulher. Está colocada a possibilidade de a mulher ser já *objeto* de alguém, e a intenção de torná-la *objeto* de novo dono.

Percebe-se, nas falas encontradas na rede social analisada, que o sujeito masculino aparece, seja como sujeito discursivo ou como sujeito regulador presente em falas femininas. É sob o anonimato que ele emerge. Confrontando esse dado com o observado na pesquisa de campo, ao convidarmos quaisquer estudantes dos cursos selecionados para participar da pesquisa, houve ausência masculina. Entretanto, essa ausência se torna presença no espaço virtual, anônimo. Apesar desse dado, algumas ressalvas são necessárias: primeiramente, os cursos de formação docente possuem maioria de seu corpo docente feminino (Rocha; Carvalhaes, 2023), como discutido na sessão *Sentidos no/do silêncio*. Em segundo lugar, a busca pelas postagens anônimas na página selecionada não foi capaz de, e nem era intenção dos pesquisadores, selecionar discursos produzidos unicamente por estudantes dos cursos de formação de professores analisados. Dessa forma, apesar de curioso o fato da emergência de falas masculinas no anonimato, não se pode estabelecer uma relação direta a ausência percebida na pesquisa de campo e esse vir à tona no Facebook. Mesmo assim, esses discursos, amplamente divulgados na rede social, chegam a vários estudantes, e interagem com a rede interdiscursiva na qual se inserem.

O *modus operandi* desses discursos, que se repetem em muito mais postagens, a partir do movimento de paráfrase, em que os sentidos apontam para os mesmos espaços de dizer, posiciona a mulher como sujeita às ações do homem que, por sua vez, constrói, ao redor de si, um espaço de poder, a partir do qual deverá exercê-lo. Evocando essa perspectiva patriarcal, demarca-se, enfim, que “a mulher não deve exercer sexualidade no patriarcado, ela é apenas o objeto sobre o qual a

sexualidade opera” (Fernandes, 2015, p. 350). A produção da mulher enquanto objeto, a retirada de sua voz, destitui essa mulher de humanidade (Ribeiro, 2019); é nesse momento que se exercem relações de poder, que acabam por legitimar a cultura do estupro.

SENTIDOS DE RESISTÊNCIA

Ao mesmo tempo em que compreendemos, no discurso das entrevistadas e das postagens anônimas, sentidos de dominação, medo, vulnerabilidade e objetificação, também emergem sentidos em um contramovimento de tensionamento. Tal movimento surge pondo em xeque as censuras trazidas pelo patriarcado, legitimadas pelas desigualdades de gênero. Assim, o espaço das mídias sociais vem sendo explorado avidamente nesse processo de desconstrução da cultura do estupro, como é possível notar na postagem a seguir.

HOMENS venho lhes trazer informações inéditas:

1. Sexo não é moeda de troca por sua gentileza/cavalheirismo
2. Friendzone não existe, isso tem a ver com o primeiro item, é difícil valorizar a amizade de uma mulher sem pensar que ela te deve sexo por isso?
3. Parem de fazer motorboat no oral. Sério. Parem. De onde vcs tiraram que isso é bom? Se toquem
4. Se vc acha ok embebedar uma mulher pra ficar com ela ou aproveitar dessa situação para induzi-la a transar sem camisinha, parabéns, vc é um belo de um bosta
5. Nunca pergunte pq uma guria não quer ficar com vc. Ela não quer e pronto, ela não te deve satisfação
6. Fetichizar lésbicas é escroto, já imaginou vc ficando com uma guria e uns marmanjos em volta achando que o beijo de vcs é atração pra eles e pedindo pra ver mais? Escroto, né? Não seja esse escroto
7. Lavem o pinto
8. Por fim: mulheres, se cuidem, durmam com os anjinhos. Homens, o que tenho a ver?

(Postagem na página do Facebook analisada).

Há um repúdio, manifesto nessa postagem, à noção de mulher objeto, fonte de prazer masculino, que chega a seu ápice ao criticar a noção patriarcal da mulher como sujeito desprovido de vontade/desejo (Campos, 2016). Essa crítica vem sobre: a negação do prazer sexual à mulher, como explicitado no item 3 dessa postagem; a suposta posição de dominação e servidão feminina, ao questionar a existência de uma dívida no item 2; e as práticas de vulnerabilização da mulher para atingir objetivos, como explicitado no item 4.

A posição das mulheres como sujeitos também vem sendo repensada nos espaços acadêmicos. A postagem abaixo é um exemplo disso: “Eu não espero o Carnaval chegar pra ser vadia ♪” (Postagem na página do Facebook analisada).

O discurso acima traz uma ressignificação do termo *vadia*, apontando a polissemia do termo. Essa ressignificação surge a partir de 2011, no contexto do movimento feminista da *slutwalk* (e posteriormente no Brasil, com a ‘Marcha das Vadias’), em oposição à responsabilização da vítima pelo crime de estupro (Rassi, 2012).

O uso do nome “vadias” faz referência ao termo usado pelo policial [no contexto do surgimento do movimento *slutwalk*] para designar as mulheres e é, ao mesmo tempo, uma forma de protesto contra o conceito de “ser vadia”. As palavras de ordem da manifestação são “Se ser vadia é usar saia curta; se ser vadia é usar roupas coladas; se ser vadia é usar decotes e brincos grandes; se ser vadia é dançar funk; se ser vadia é ser livre; então somos todas vadias”. O conceito do termo se desloca do interior de uma formação discursiva machista para o interior de outra formação discursiva ligada ao feminismo, e muda o valor negativo do vocábulo para um julgamento positivo, com força de contestação (Rassi, 2012, p. 61).

Outra postagem em que se pode perceber um deslocamento de sentido de um termo outrora pejorativo é a seguinte: “Prender animais é crime, então solta essa piranha que tem dentro de você #pas♥” (Postagem na página do Facebook analisada). De forma semelhante ao que ocorre com o termo *vadia*, o termo *piranha* também se apresenta polissêmico. Utilizado popularmente como sinônimo de mulheres libertinas, levianas, meretrizes, prostitutas, ou que se relacionam sexualmente com vários homens, ele passa, nesse contexto, assim como o termo *vadia*, a designar um sentido de resistência, de libertação feminina.

Assim, ser *piranha* ou ser *vadia* são nomeações atribuídas à mulher, que vão de encontro à categorização trabalhada por Lia Machado (1998), ao evocar os termos *Mulheres de família* e *Mulheres vadias*. Machado (1998) aponta que o lugar marcado das mulheres tidas como *vadias* era aquele mesmo das mulheres em situação de prostituição, que por estarem nessa situação, assim como os corpos das prostitutas estavam a serviço dos homens, e portanto, seu abuso seria legitimado. As mulheres *vadias* seriam, nesse contexto, aquelas que se desprenderam da moral patriarcal, ocupando lugares que anteriormente lhes eram negados.

Disso se pode inferir que sentidos de luta, sentidos de resistência estão sendo produzidos, a fim de buscar igualdade destituída pelas relações de poder intergêneros. Esses sentidos percebidos apontam a produção de um lugar virtual de resistência, de forma semelhante ao que Iuli Melo (2020) apresenta. O espaço virtual acaba se tornando importante para mobilização contra a violência de gênero.

BREVES CONSIDERAÇÕES

Circulam múltiplos sentidos sobre cultura do estupro nos espaços analisados. Suas significações são condicionadas pelas condições nas quais os discursos emergem, e são atravessados pelos sujeitos que os produzem – femininos ou masculinos – e pelo espaço onde são produzidos – virtual ou presencial. Eles apontam para o silenciamento dos corpos no que diz respeito à adesão do público masculino na pesquisa; para a censura dos corpos femininos produzida pelo discurso masculino no espaço virtual; para a culpabilização e patologização do estuprador; para a percepção das situações de vulnerabilização da vítima que geram sua

desculpabilização; para a objetificação feminina – predominantemente; para o exercício do poder patriarcal sobre os corpos femininos; e para o empoderamento feminino rumo à resistência contra tal cultura.

Polissemia e paráfrase foram a base na significação desses sentidos. Ora os sentidos emergentes do *corpus* apontavam sentidos já estabilizados no interdiscurso, portanto, para a paráfrase, tais como a objetificação dos corpos vista nas postagens do Facebook analisadas; ora apontavam para outras possibilidades de significação, deslocando sentidos dominantes e abrindo espaço a outros sentidos, como ocorre com a percepção da culpabilização do estuprador.

A emergência e análise desses sentidos gera uma compreensão mínima dos elementos recorrentes, como a desculpabilização da vítima de estupro, a percepção das relações de poder que atravessam esse tipo de violência, consolidados na formação discursiva das estudantes entrevistadas. É a partir desse entendimento que a empatia para com as maiores vítimas da cultura do estupro — mulheres — pode surgir, levantando-se, nas palavras de Costa (2016), como catalisadores de ações institucionais para ressignificar as relações estruturantes do estupro. Esses sentidos já circulam na universidade, sob a forma de diferentes gritos de libertação do patriarcado, mas são restritos a poucos discursos femininos. Normalizá-los, então, tornando-os parafrásticos no discurso, em substituição ao patriarcado, é o primeiro passo para a ruptura com a cultura do estupro.

Os sentidos identificados, apensar de singulares e pontuais na realidade analisada, articulam-se a uma rede de significação mais ampla, o interdiscurso. Dessa forma, eles se relacionam com o que já foi dito e o que ainda poderá ser dito (Orlandi, 2015). Assim sendo, percebe-se a importância de compreender os sentidos compartilhados por estudantes em formação docente sobre a temática, uma vez que tais sentidos constituirão seu interdiscurso quando atuarem profissionalmente. Diante desse fato, fica evidente a importância da discussão sobre cultura do estupro, e a desconstrução de sentidos responsáveis pela sua perpetuação em diferentes espaços, incluindo o espaço acadêmico. Fazer circular sentidos contrários à perpetuação dessa cultura nos espaços formativos trará impacto não apenas entre esses profissionais em formação, mas em todos os sujeitos que terão contato com ele posteriormente, uma vez que o sentido não fica preso, ele se espalha em uma rede discursiva.

REFERÊNCIAS

- AUAD, Daniela. **Relações de gênero nas práticas escolares: da escola mista ao ideal de co-educação**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://shorturl.at/clnxy>. Acesso em: 27 mar. 2014.
- BOSWELL, Ayres; SPADE, Joan Z. Fraternities and collegiate rape culture: Why Are Some Fraternities More Dangerous Places for Women? **Gender & Society**, [s.i], v. 10, n. 2, p.133-147, abr. 1996. DOI: <https://doi.org/10.1177/089124396010002003>. Disponível em: <https://shorturl.at/JMWZ8>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- BRITO, Sônia Maria de Souza; FREITAS, Patrícia Fernandes Lazzaron Novaes Almeida. Gênero, Educação e Poder: A presumida igualdade e a fabricação das diferenças no espaço escolar. In: Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste sobre a Mulher e relações de gênero

(REDOR), 18., 2014, Recife **Anais** [...]. Recife: UFRPE, 2014. p. 250 - 265. Disponível em: <https://shorturl.at/FHOSY>. Acesso em: 27 mar. 2024.

BURT, Martha R. Cultural myths and supports for rape. **Journal of personality and social psychology**, [s.l.], v. 38, n. 2, p.217-230, fev. 1980. DOI: 10.1037//0022-3514.38.2.217. Disponível em: <https://shorturl.at/agwPQ>. Acesso em: 27 mar. 2024.

CAMPOS, Andrea Almeida. A cultura do estupro como método perverso de controle nas sociedades patriarcais. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 16, n. 183, p.1-13, ago. 2016. Disponível em: <https://shorturl.at/ceNUV>. Acesso em: 27 mar. 2024.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

COSTA, Mariana Barroso da. **(Re)pensando o abuso sexual em contexto universitário**: afeto, compartilhamento e a construção de fato. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Ciências Sociais – Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://shorturl.at/csvO8>. Acesso em: 27 mar 2024.

FÉLIX, Robson Gonçalves; PALAFOX, Gabriel Humberto Muñoz. Relações de gênero na escola: só não vê quem não quer. **Revista Iberoamericana de Educación**, Uberlândia, v. 3, n. 50, p.1-13, set. 2009. DOI: <https://doi.org/10.35362/rie5031876>. Disponível em: <https://tinyurl.com/28molsxy>. Acesso em: 27 mar. 2024.

FERNANDES, Leonísia Moura. Traduzir a Língua do Medo para Superar a Cultura de Estupro. **Gênero & Direito**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p.339-357, jul. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ged/article/view/23590>. Acesso em: 20 de maio 2017.

FURLANI, Jimena. (Org.) **Educação Sexual na Escola**: Equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito as diferenças. Florianópolis: UDESC, 2008.

HERMAN, Dianne F. The Rape Culture. In: FREEMAN, Jo (Org.). **Women: A Feminist Perspective**. Mountain View: Out Of Print, 1984. p. 45-53.

LAURIOLA, Rosanna. Are you kidding me? **Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 9, n. 107, p.30-34, 2010. Disponível em: <https://tinyurl.com/23waus8p>. Acesso em: 27 mar. 2024.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 1, n. 11, p.231-255, maio 1998. Disponível em: <https://tinyurl.com/258rjczf>. Acesso em 27 mar 2024.

MELO, Iuli do Carmo. Um estupro de sessenta mil: feminismos 2.0 e a circulação do conceito de cultura do estupro. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 31, p. 362-384. Disponível e: <https://tinyurl.com/2pvxzhp4>. Acesso em 26 jun. 2024.

OLIVEIRA, Ayrton Izaias de. **Gênero e sexualidade na formação inicial docente**: sentidos emergentes do/pelo currículo da graduação em ciências biológicas da UFPR, 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/2gvot64a>. Acesso em 26 de jun. 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2015.

RASSI, Amanda Pontes. Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: uma análise da “Marcha das vadias”. **Revista de História da UEG**, Goiânia, v. 1, n. 1, p.43-63, jun. 2012. Disponível em: <https://tinyurl.com/243uf8pj>. Acesso em: 10 de out. 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo, SP: Pólen, 2019.

ROCHA, Diego Nunes da; CAVALHAES, Flávio. Quem são os futuros professores do Brasil? O perfil socioeconômico dos cursos de licenciatura do ensino superior. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 1-32, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/2hwofny8>. Acesso em: 26 de jun. 2024.

SOUZA, Ana Flávia Govea de. “**Menina puta, menino comedor**”: representações sociais nas práticas docentes na escola. Monografia (Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/279kdw7g>. Acesso em: 27 mar. 2024.

Recebido em: 27 de março de 2024

Aprovado em: 07 de julho de 2024